

MARROCOS NO SAHARA OCIDENTAL : PRISÕES E EXPULSÕES

Nos dois últimos meses o regime de Rabat continuou a expulsar visitantes estrangeiros do Sahara Ocidental. E agravou a situação dos presos políticos saharauís.

Em 25 de Janeiro passado faleceu Mohamed Uld Aali Uld Lyazid, o ancião fotografado a fazer com os dedos o “V” da vitória nas vésperas do desmantelamento do acampamento de Gdeim Izik. Uma imagem que se tornou uma referência da luta de libertação do povo saharauí.



Fig. 1: Mohamed Uld Lyazid

Mas se Uld Lyazid já não está connosco para partilhar a sua esperança numa pátria livre da dominação estrangeira, os seus companheiros continuam a ser objecto de perseguições e condenações por parte do regime colonial.

Foi o caso de Mohamed El Ayoubi, o último réu do julgamento de Gdeim Izik, que foi condenado em 20 de Dezembro a 20 anos de prisão pelo Tribunal de Apelação de Salé pelo delito de «violência e ferimentos contra as forças da ordem».

Segundo explicou à agência EFE Brahim Dahan, presidente da Associação Saharauí de Vítimas de Violações dos Direitos Humanos (ASVDH), El Ayoubi tem setenta anos, encontra-se «gravemente doente» e não regressará à prisão enquanto não for julgado o seu último recurso. Anda com dificuldade e necessita de sessões periódicas de diálise por insuficiência renal. Actualmente encontra-se em Agadir, a cidade marroquina mais próxima do Sahara Ocidental que conta com um hospital equipado para este tipo de tratamentos, e nem sequer compareceu à leitura da sentença.

Nas vésperas desta condenação as autoridades policiais marroquinas expulsaram de El Aaiún, a capital do Sahara Ocidental, Tone Sørfohn Moe, uma estudante de direito norueguesa que foi observadora internacional no julgamento de Gdeim Izik e é credenciada pela *Fundación Sahara Occidental*, uma organização de defesa dos Direitos Humanos que acompanha a situação dos presos políticos saharauís. Moe deveria observar um processo judicial contra um grupo de prisioneiros políticos em Marraquexe a 12 de Dezembro, que foi adiado.

Aproveitou então para se deslocar até Agadir e daí para El Aaiún onde chegou em 10 de Dezembro. Às 12h50 do dia 14 Moe enviou o seguinte texto: «De acordo com a polícia, os observadores internacionais não são bem-vindos. De acordo com a polícia, não cheguei de forma legal. Expliquei ao agente civil que cheguei a El Aaiún de táxi de Agadir e que sou observadora internacional. Fui abordada no meu hotel por cerca de 20 a 25 policiais não uniformizados. 10 desses agentes à civil estavam a filmar-me e a tirar fotografias. (...). Não recebi uma ordem por escrito ou mais informações por parte das autoridades apesar da minha insistência. Perguntei se poderia ter uma reunião com um oficial da

MINURSO antes de sair do território mas não me foi permitido».

Moe pretendia contactar activistas de direitos humanos do Sahara Ocidental. Pretendia também encontrar-se com as famílias dos prisioneiros de Gdeim Izik, o que fez até ao momento em que recebeu a ordem de expulsão. A situação destes presos é preocupante. Vários deles têm realizado greves de fome e sofrem tratamento desumano.

Moe foi colocada num táxi para Agadir. Foi informada que os observadores internacionais não são bem-vindos devido a “razões de segurança”. Foi expulsa sem uma razão adequada, já que os polícias marroquinos se recusaram a explicar a que “razões de segurança” se referiam.

Ao telefone disse: «Acho estranho que Marrocos, que em várias ocasiões alegou que a situação dos direitos humanos no território não autónomo do Sahara Ocidental não precisa de ser monitorizada pela força de paz da ONU, a MINURSO, porque não há violação dos direitos humanos no Sahara Ocidental, sinta a necessidade de expulsar observadores internacionais. . . . Se a declaração de Marrocos representasse a realidade, não deviam ter nada a esconder», disse a cidadã norueguesa.

Mas Tone Moe não foi caso único neste mês de Dezembro. Dois investigadores académicos japoneses foram também expulsos de El Aaiún pela polícia marroquina. Foram eles Akihisa Matsuno, professor de Ciências Políticas na Universidade de Osaka e M. Furusawa, professora de Economia. Chegaram em 26 de Dezembro onde tiveram um encontro com a MINURSO, informou Hassana Abba, membro da ASVDH, que os conduziu pela cidade.



Fig. 2: A. Matsuno e M. Furusawa em El Aaiún

Quando se dirigiam para a sede da ASVDH foram interpelados por polícias que lhes disseram que não tinham direito a encontrar-se com os activistas saharauís. Não obstante, os dois professores prosseguiram o seu caminho e na ASVDH teve início uma reunião. Pouco depois, as autoridades obrigaram-nos a abandonar o local. Foram levados para o aeroporto de El Aaiún e expulsos para Marrocos.

Segundo a ASVDH «as autoridades detiveram os investigadores japoneses na manhã de 29 de Dezembro (...) e interrogaram-nos durante um quarto de hora. (...). A polícia marroquina esteve sempre a vigiá-los. Aconteceu o que se esperava, a polícia irrompeu na nossa sede onde estávamos reunidos para os obrigar a abandonar a cidade».

Estes dois académicos japoneses já se tinham notabilizado pelo trabalho de investigação que realizaram sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste, ao tempo um território invadido, ocupado e colonizado pela Indonésia. Têm, portanto, uma grande experiência acumulada sobre o tema.

A mudança de ano não mudou os velhos hábitos. Em 26 de Janeiro foi a vez da investigadora britânica Lore Purroy Sánchez ser expulsa de El Aaiún, onde estava a fazer um estudo sobre o impacto da exploração dos recursos naturais do território por Marrocos e os seus benefícios para a população saharauí.

Segundo o vice-presidente da Comissão de Defesa do Direito à Autodeterminação do Povo Saharauí (CODAPSO), Hmad Hammad, que se encontrou com a investigadora, esta conseguiu realizar parte do seu trabalho antes de ser expulsa para Marrocos.